

Cap. IV – Contributos da tradução para a historiografia portuguesa

A tradução encontra-se entre as formas de comunicação que desde há muito os povos de diferentes culturas estabeleceram entre si, com o intuito de fomentar o relacionamento, a interação ou o intercâmbio social e cultural.

O impacto que a transposição linguística teve no curso da História europeia e mundial, pode ser verificado pela forma como contribuiu para a popularização ou massificação de publicações de diversa índole (religiosa, científica, literária), até aos séc. XVII-XVIII exclusivamente reservadas ao domínio das elites letradas e versadas na língua franca que era o Latim.

Além da marca indelevelmente deixada na História, a tradução tomou também parte na sua escrita, ou seja, na Historiografia. Em Portugal, a tradução surge inclusivamente ligada ao aparecimento ou fundação da escola historiográfica portuguesa (séc. XIII) que, herdeira e seguidora da escola afonsina, viria a traduzir para o galego-português várias publicações cronísticas, sendo que a mais antiga das crónicas até aqui conhecidas nada mais é ela própria do que uma tradução.

Depois da produção cronística, seguiu-se a desintegração da perspectiva peninsular da escrita da História, ganhando a historiografia portuguesa uma orientação e produção própria que, fortalecida pelo crescimento do sentimento patriótico e independentista (séc. XIV), se afastou da necessidade ou da vontade de traduzir obras do castelhano para o idioma vulgarmente falado aquém-fronteiras. Regista-se assim um afastamento progressivo e cada vez mais longo entre a tradução e a historiografia portuguesa, sendo de registar porém, embora muito mais tarde (séc. XVIII), aquela que terá sido a primeira *História de Portugal*, originalmente escrita em inglês e traduzida em 1788 para o idioma de Camões.

No séc. XIX a tradução acompanhou o movimento romântico, registando-se no nosso país um grande número de obras estrangeiras traduzidas. Foi também a centúria das Invasões Napoleónicas e, pouco depois, da Guerra Civil entre liberais e absolutistas, que após o triunfo dos primeiros marcou uma viragem profunda na História de Portugal: o chamado fim do “Antigo Regime” e a entrada numa nova era social, cultural e política. Numa época em que as narrativas de viagem, essencialmente lúdicas, constituíam moda literária um pouco por toda a Europa, os viajantes, neste caso oficiais britânicos e franceses participantes na contenda referida, conferiram às suas narrações um carácter testemunhal e directo dos acontecimentos, por isso de suma importância para o panorama historiográfico. O historiador Oliveira Martins, por exemplo, recorreu a esses mesmos escritos quer para a

sua *História de Portugal* (1879), quer para *Portugal Contemporâneo* (1881), esta última obra na continuidade da primeira. No entanto, não houve, nem mesmo nesta altura de “estado de graça” do liberalismo, grande preocupação em traduzir essas narrativas para a língua portuguesa, pelo que seria necessário esperar até ao séc. XX para que fosse dada maior atenção aos relatos dos oficiais estrangeiros que estiveram em Portugal ao serviço das causas em confronto.

Ao liberalismo vitorioso seguiram-se dois contextos politicamente adversos, mesmo censuradores, à propagação de ideias monárquicas e liberais ou liberalizantes (I República e Estado Novo), o que contribuiu para a obliteração, omissão ou até mesmo proibição da produção viajeira e bélica relacionada com os acontecimentos de 1828-1834.

A narrativa do Coronel George Lloyd Hodges, britânico ao serviço da causa liberal, é um exemplo dessa produção diegética subsequente à Guerra Civil, e nela expressa o autor o seu ponto de vista muito marcado pela idiossincrasia vitoriana – orgulhosa, ativa, etnocêntrica, essencialista, anti-clerical – mas que foi, todavia, alvo de tradução e em plena vigência do Estado Novo. Não obstante o seu fácil encaixe no conjunto de características político-ideológicas que exigiriam a censura oficial e conseqüente obliteração, a obra foi contudo discretamente traduzida por João Hickling Anglin, dividida em excertos com novos títulos, numa restrita e muito pouco conhecida publicação de âmbito local e científico. Essa tradução, realizada nos anos 50 do séc. XX, exhibe certas limitações, como a falta de paratexto, a não tradução do prefácio, a escassez de notas de rodapé, entre outras. O tradutor procurou a credibilidade histórica e a aproximação temporal ao original por via da arcaização do texto, o que acabou por conduzi-lo ao encontro de uma “terceira língua” que não a de partida nem a de chegada, e ao afastamento daquilo que um leitor sempre espera de uma tradução, principalmente de um texto de carácter informativo: alhear-se de que está perante uma tradução e ter a impressão regular, do princípio ao fim da obra, de estar a ler o próprio original.

Numa perspectiva geral, as narrativas bélicas e as poucas traduções que delas existem encontram-se dispersas ou até ignoradas, como é o caso quer do original de Hodges quer da tradução de Anglin. Importa por isso contribuir para a criação de um todo documental, um conjunto de fontes que sirva e facilite a pesquisa e a investigação, designadamente e neste caso específico, a futura produção historiográfica portuguesa relacionada com a Guerra Civil (1828-1834). Pretende-se assim conferir o máximo de fontes às lacunas historiográficas que porventura possam existir.

Para que tal aconteça, para que uma diegese possa efectivamente assumir o seu papel enquanto fonte, impõe-se o atendimento a determinados parâmetros. De um modo geral, o relato de viagens não pode desde logo ser encarado sem que se tenha em consideração que o que é descrito pelo autor pode efectivamente não corresponder à realidade por ele vivida, sobretudo por interferência de expectativas ou de preconceitos anteriormente criados. Disto decorre a necessidade de analisar profundamente o texto, o seu enquadramento, as circunstâncias históricas, sociais e políticas em que foi redigido, a biografia e os interesses do autor, de forma a interpretar o conteúdo o mais fidedignamente possível. O não atendimento destes pressupostos, inerentes de resto à tarefa pré-editorial ou pré-tradutiva (em caso de tradução), acabará por isolar a narrativa no tempo e no espaço, perdendo-se a sua origem, o seu significado e a razão pela qual foi concebida.

Tratando-se efectivamente de narrativas originalmente escritas noutra língua que não o português, tratando-se também de obras de relativa antiguidade e de acesso limitado, sem reedição física no nosso país, será de grande utilidade a conjugação de uma nova edição com uma tradução eficaz, contextualizada do ponto de vista histórico, político e social, e obedecendo a uma metodologia coerente.

Enquanto exercício de pré-tradução, há que atender e procurar compreender desde logo a mundividência e a idiosincrasia dos respectivos autores, advindos de realidades distintas, e cuja percepção pessoal da realidade acaba por se reflectir nas suas palavras, decisões, juízos ou opiniões ao longo de toda a obra. A identificação e correcta interpretação da posição do autor, bem como do seu relacionamento com os demais intervenientes na narrativa, permitirá identificar os padrões linguísticos, retóricos e estilísticos da mesma, criando assim uma base interpretativa geral que, ao facilitar o entendimento da obra no seu todo, auxiliará eficazmente o processo tradutivo.

Estes relatos bélicos são inseparáveis do contexto que os desencadeou, que é próximo para o autor e distante para o leitor. É pois fundamental, enquanto trabalho de para-tradução, a contextualização quer a nível introdutório quer paralelo ao desenrolar da própria história narrada, no sentido de facilitar ao leitor tanto o enquadramento espaço-temporal dos acontecimentos descritos, como o entendimento específico das circunstâncias, das referências linguísticas interculturais, da identificação de personagens, dos contextos e locais identificados ou aos quais o autor directa ou indirectamente possa aludir.

Cada narrativa – como esta de George Lloyd Hodges – constitui uma interpretação do próprio autor, que reúne um conjunto de personagens complexas e contraditórias, de descrições por vezes sinestésicas e minuciosas, e com a mais-valia de se tratar de um

testemunho na primeira pessoa de um conjunto de factos históricos. Declarado ou não pelo seu autor, tendo sido essa ou não a sua intenção, tais escritos testemunham eventos passados a gerações futuras, havendo assim uma clara função historiográfica, uma função de memória histórica, de episódios marcantes da História de Portugal.

Creemos que reunida esta conjugação de factores linguísticos e históricos, nesta emergente oportunidade de relação interdisciplinar que promete ser, hoje como no passado, frutuosa, entre a Tradução e a História, haverá as necessárias condições para servir de forma científica, credível e eficaz a historiografia portuguesa, designadamente, aquela que trata ou tratará futuramente o período histórico da Guerra Civil em Portugal, entre 1828 e 1834.

Este relacionamento interdisciplinar tornará ainda mais próximas as figuras do historiador e do tradutor que, no âmbito da especificidade das suas funções, acabam por ter um *modus operandi* muito semelhante. Ao historiador compete, genericamente, interpretar os factos do passado, transpondo para o presente o teor ou significado dos mesmos, sendo certo que essa transposição deverá resultar inteligível ao leitor actual. Por sua vez, ao tradutor compete interpretar a língua e cultura de partida, a sua *fonte*, transpondo o seu significado para a língua e cultura de chegada, que normalmente é a sua, de forma a que o leitor apreenda a fiel substância do original. Assim, historiador e tradutor funcionam ambos como uma ‘ponte’ comunicacional entre dois contextos ou realidades distintas, duas ‘margens’ separadas, uma no tempo – de âmbito histórico/social – outra no espaço – de âmbito cultural/linguístico.